

PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PADRONIZADO PARA UMA INCUBADORA SOCIAL CATARINENSE

Resumo: No cenário brasileiro, com a expansão do Terceiro Setor nos últimos anos vem mostrando a sua importância, por meio do desenvolvimento de atividades de caráter social buscando a melhoria da sociedade. Esse setor movimenta um volume considerável de recursos e é constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais com preocupação e práticas sociais, que geram bens e serviços de caráter público. Entre as entidades que constituem esse setor destacam-se as cooperativas, como empreendimento solidário no sistema de economia solidária e autogestão. Nesta perspectiva, na década de 90, surgem as Incubadoras de Cooperativas Populares com objetivo de atender a população excluída socialmente e economicamente com a intenção de promover trabalho e renda, com vistas ao crescimento das cooperativas no aspecto econômico, político e social, ou seja, que os empreendimentos solidários sejam viáveis economicamente e sustentáveis socialmente. Assim, com esta pesquisa, objetiva-se elaborar um modelo padronizado de prestação de contas que possibilite identificar as origens e aplicações com transparência, de tal modo permitindo uma análise comparativa da utilização do recurso. Na pesquisa descritiva, realizada por meio de um estudo de caso em uma incubadora social catarinense, com suporte da literatura existente, utiliza-se a abordagem qualitativa dos dados. O modelo proposto serve para sanar as falhas existentes nesta prestação de contas, e principalmente mostrar a utilização do recurso financeiro de uma forma simples e clara, tornando transparente a administração dos recursos.

Palavras chaves: Incubadora de Cooperativas Populares. Modelo de Prestação de contas. Administração transparente.

1 INTRODUÇÃO

As Incubadoras são ambientes de desenvolvimento de empreendimentos que proporcionam estrutura, capacidade técnica, gerencial e administrativa para o surgimento e amparo de um novo negócio. Na década de 90, as Incubadoras vivenciaram um crescimento significativo e passaram a ser vistas como alternativas para o desenvolvimento econômico. Portanto, o processo de incubação consiste em gerar empreendimentos com capacidade de competição no mercado, através de serviços e produtos diferenciados.

A Incubadora é um mecanismo de criação e desenvolvimento de empreendimentos, que possui diversos tipos podendo ser classificada como: Incubadoras de Base Tecnológica, Incubadoras de Setores Tradicionais, Incubadoras Mistas, Incubadoras de Empresas de Agronegócios, Incubadoras de Cooperativas, Incubadoras de Design e Incubadora Social (SEBRAE/SC, 2009). Entre os tipos de Incubadoras existentes destacam-se as Incubadoras Sociais que apóiam empreendimentos que estão ligados a projetos sociais com finalidade de gerar emprego e renda para a comunidade. Esse tipo de incubadora surge com a iniciativa de atuar e desenvolver empreendimentos nas periferias, por meio de cooperativas, com base no sistema de autogestão e economia solidária.

Conforme Moura e Meira (2002, p. 4), “o empreendimento solidário é uma forma de expressão da economia solidária que pode assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços”.

As cooperativas populares através das Incubadoras Sociais encontram suporte para sua formação e desenvolvimento, impulsionando o crescimento no aspecto econômico, político e social, para que os empreendimentos sejam viáveis economicamente e sustentáveis

socialmente e que apresentem capacidade de autogestão.

Por meio de projetos sociais, as Incubadoras podem conseguir recursos financeiros de terceiros para serem aplicados no desenvolvimento dos empreendimentos, criando com isso oportunidade de ampliação do negócio e a capacidade de competição no mercado.

O recurso financeiro captado para o desenvolvimento de projetos empreendedores pode ser público, ou privado e o mesmo é utilizado para sua manutenção e desenvolvimento das atividades da Incubadora. Portanto, uma das obrigações do gestor da Incubadora é prestar conta do recurso para a entidade doadora, por meio de documentos que possibilitam conhecimento e a comprovação da utilização do recurso no período que foi desenvolvido o projeto. Nesse sentido, a inexistência de um modelo padronizado de prestação de contas dificulta o acompanhamento da aplicação do recurso em períodos diferentes de convênios distintos. Por isso é importante um modelo padronizado, pois por meio deste é possível a transparência da administração do recurso, como também, uma análise comparativa da sua aplicação.

Um dos desafios para garantir o processo de incubação e oferecer a sustentabilidade do empreendimento é a captação de recursos financeiros. Os projetos sociais são uma oportunidade gerada para os empreendimentos solidários que trazem vantagens tanto quantitativa como qualitativa.

A captação de recursos se dá por meio de projetos sociais conveniados com o governo ou com empresas privadas. Esse recurso contribui para a consolidação e o desenvolvimento das cooperativas incubadas, proporcionando o crescimento do negócio e conseqüentemente o retorno financeiro do mesmo. Através desses empreendimentos solidários criam-se oportunidades para a comunidade carente, ao gerar renda e trabalho e promover cidadania.

É necessário a prestação de contas, às entidades doadoras, da forma de como os recursos foram aplicados nas cooperativas. Com isso, buscou-se examinar os relatórios de prestação de contas utilizados pela Incubadora, identificar as origens e aplicações de recursos, pesquisar modelos de prestação de contas para poder elaborar um modelo para ser utilizado pela Incubadora.

Diante disso, o problema norteador desta pesquisa, objetiva-se responder a seguinte questão: Como deve ser o modelo de prestação de contas de uma Incubadora Social Catarinense que possibilite a transparência e análise da utilização do recurso financeiro?

O objetivo geral desta pesquisa é propor um modelo de prestação de contas padronizado para uma Incubadora Social Catarinense, com vistas de possibilitar a identificação das origens e aplicações de recursos financeiros de forma transparente.

Na prestação de contas são cobrados documentos comprobatórios das despesas realizadas. De acordo com art. 30 da Instrução Normativa Secretaria Tesouro Nacional nº 1/1997: “as despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do Conveniente ou do executor, se for o caso, devidamente identificados com referência ao título e número do Convênio”.

As notas fiscais deverão ser apresentadas com as especificações detalhadas dos materiais adquiridos e serviços prestados, sem rasuras, e com o certificado de recebimento dos materiais.

A prestação de contas parcial, conforme o art. 32 da IN/STN/97 é pertinente a cada uma das parcelas de recursos liberados, porém para liberação da parcela seguinte é necessário a prestação de contas da parcela anterior, de acordo com art. 21, §2º da IN/STN nº 1/1997.

Cada convênio segue um modelo de prestação de contas e com exigências diferenciadas, ou seja, cada um tem seu padrão para demonstrar e comprovar como o recurso foi aplicado pela entidade.

Nesse sentido, é importante ressaltar a importância de ter um instrumento padronizado para prestação de conta, pois por meio deste poderá ser feita uma análise comparativa da utilização do recurso, além de apresentar uma administração de maneira clara e de fácil entendimento.

A realização desse trabalho se justifica por se tratar de uma Incubadora Social que não dispõe de um modelo padronizado de prestação de contas. Dessa forma, a pesquisa realizada para o desenvolvimento desse trabalho pode servir de referência para outras entidades que a exemplo da Incubadora pesquisada não conta com um modelo padronizado de prestação de contas.

2 METODOLOGIA

A pesquisa científica é o produto de uma investigação, cujo objetivo é resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos. A investigação é a composição do ato de delimitar, observar e experimentar os fenômenos, colocando de lado a sua compreensão a partir de apreensões superficiais, subjetivas e imediatas.

A presente pesquisa quanto aos objetivos é descritiva e abordagem do problema é qualitativa. Na pesquisa descritiva uma de suas características mais significativas, de acordo com Gil (1989, p.46), é a “está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação”.

Quanto à abordagem do problema que é do tipo qualitativa, “é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também descritivamente”. (FACHIN, 1993, p. 75). Dessa forma, a pesquisa qualitativa tem objetivo de descrever sobre as informações obtidas e analisadas de uma maneira clara e objetiva através dos dados coletados.

Para a consecução do objetivo proposto no estudo descritivo, é efetuado um estudo de caso na Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) da cidade de Florianópolis, SC, que desenvolve empreendimentos solidários incubados e na sede administrativa, Centro Cultural Escrava Anastácia, Organização não Governamental (ONG), que coordena e executa as prestações de contas da Incubadora.

Segundo Gil (1989, p.58), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permite o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados.”

Para consecução do estudo de caso a coleta de dados pode ser executada com diversos procedimentos. De acordo com Gil (1989, p.122), os mais usuais são “a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história de vida”.

Nesta pesquisa o levantamento dos dados foi feito com uma entrevista semi-estruturada com o responsável pelo projeto das cooperativas e com o assessor financeiro da Incubadora. Além da entrevista semi-estruturada utilizou-se fontes de dados de natureza secundária, como: análise na prestação de conta, relatórios, documentos financeiros e planilhas utilizadas pela incubadora objeto de estudo. A entrevista contém os itens do objetivo dessa pesquisa, mas não se restringirá somente neles.

Por fim, utiliza-se nesta pesquisa material bibliográfico referente ao tema, os quais foram feitas consultas em livros, monografias, dissertações, teses e artigos científicos e também consultas eletrônicas pela internet, possibilitando as informações para plataforma teórica sobre o tema.

Esta pesquisa consiste num estudo de caso na Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) e na sede administrativa Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) da cidade de Florianópolis, SC. Os resultados obtidos podem não ser integralmente compatíveis com a realidade das atividades executadas por outras Incubadoras, porém, poderá servir de referência desde que adequados às suas especificidades. Esta pesquisa foi realizada com um estudo longitudinal, com observações repetidas dos mesmos itens no período de vigência do projeto específicos.

O projeto selecionado para análise foi o de “Rede de Cooperação Berimbau”, iniciou em 4 de janeiro de 2007 e encerrou suas atividades em 30 junho de 2008. O projeto tinha como objetivo proporcionar espaço físico e infra-estrutura necessárias para o desenvolvimento dos empreendimentos cooperativos. A sua finalidade era apoiar o desenvolvimento de quatro cooperativas. Portanto, amparou as cooperativas: Ellas (Estética Afro), Universo Livre (Informática), Sonho Nosso (Panificação e Gastronomia) e Solto, sendo que as aplicações de recursos nas cooperativas ocorreram no período de junho de 2007 a junho de 2008. Portanto, os investimentos do projeto foram aplicados num período de 1 ano.

Este trabalho tem como foco de atenção examinar e cotejar modelos de prestação de contas, com o intuito de elaborar um modelo padronizado para uma Incubadora Social. Além disso, visa identificar as fontes e aplicações do recurso financeiro do projeto selecionado nas cooperativas incubadas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As Incubadoras oferecem estrutura e facilidade para o surgimento e desenvolvimento de novos negócios, gerando trabalho e renda aos empreendedores.

O papel da Incubadora é orientar o empreendimento nascente no processo de incubação, levando em conta o perfil do empreendedor, estrutura de produção dos produtos e serviços e o mercado de trabalho.

Conforme Aranha e Dias (2001, p.83), “não há prática de gestão mais eficaz numa incubadora que ouvir as demandas, reclamações e propostas”. O processo de gestão da Incubadora auxilia na obtenção dos resultados desejados pelas incubadas.

Como as incubadoras se propõem a apoiar e acolher os empreendimentos, faz-se necessário o uso de um sistema de gerenciamento adequado em todas as áreas, como operacional, financeiro, administrativo, *marketing*, recursos humanos, entre outros.

De acordo com Fiates (2005, p.16), “as incubadoras precisam diferenciar-se cada vez mais de outros mecanismos de suporte empresarial que têm surgido no mercado”. Deste modo, a Incubadora precisa criar instrumentos e estrutura de serviços diferenciados que possibilitem o desenvolvimento e a consolidação das novas empresas.

Os serviços e a infra-estrutura de uma Incubadora são essenciais para processo de incubação. Por isso, a importância de ter uma estrutura preparada para atender as necessidades das empresas incubadas. Este processo possibilita que as incubadas alcancem resultados positivos, que é o seu objetivo principal. Para Fiates (2005, p. 48), “a infra-estrutura e os serviços prestados pelas incubadoras de empresas são essenciais para o sucesso do processo de incubação”.

Conforme Aranha e Dias (2001, p.64) “É essencial para uma incubadora gerar projetos inovadores e aperfeiçoar continuamente seu processo de geração de empresas, aumentando, assim, as formas de apoio e a sua contribuição para o movimento de incubação de empresas é para desenvolvimento do País”.

No Brasil, conforme Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC, 2004), havia em 2004, 283 incubadoras de empresas localizadas em 23 Estados e no Distrito Federal. Essas incubadoras empregavam cerca de 10.200 pessoas, considerando os gestores das próprias incubadoras, os empreendedores e os colaboradores das empresas incubadas, e havia 1.500 empresas incubadas, 1.100 graduadas e 1.000 empresas associadas.

A Figura 1 mostra o número de incubadoras de empresas em operação no Brasil no período de 1988 a 2006.



Figura 1- Número de incubadoras de empresas em operação no Brasil

Fonte: ANPROTEC (2006).

Observa-se um crescimento significativo no número de incubadoras no Brasil. Em 1990 apresentava 7 incubadoras já em 2000 esse número passou para 135, portanto no período de 10 anos surgiram mais 128 incubadoras. No ano de 2000 para 2006, de 135 passou para 377 incubadoras, que representa um crescimento de 179,26%.

As Incubadoras têm gerado novas empresas com produtos e serviços diferenciados, além de proporcionar oportunidades de trabalho. Conseqüentemente, tendo como objetivo de criar e estruturar os empreendimentos tornando-os consistentes.

Existem oito tipos de Incubadoras, de acordo com SEBRAE/SC (2009), são:

- Incubadoras de Base Tecnológica é um tipo de organização que acolhe empreendimentos cujos produtos e serviços são originados a partir de resultados de pesquisas aplicadas nos quais a tecnologia é avançada;
- Incubadoras de Setores Tradicionais abrigam empresas de setores tradicionais da economia que detêm de tecnologia amplamente difundida e através da tecnologia empregam e agregam valor aos produtos e serviços. Portanto, devem estar envolvidas com o desenvolvimento de novas tecnologias.
- Incubadoras Mistas acolhem empreendimentos de Base Tecnológica e Setores Tradicionais.
- Incubadoras de Empresas de Agronegócios apóiam empresas produtivas de agronegócios por meio de atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento da gestão empresarial.

- Incubadoras de Cooperativas representa uma das modalidades de incubadoras de setores tradicionais, que abrigam empreendimentos em processo de desenvolvimento e concretização, por um período médio de dois anos.
- Incubadoras de Empresas Culturais apóiam empresas em que seus produtos tenham a arte e a cultura na sua formação. O objetivo dessas incubadoras é gerar trabalho e renda alternativa, a qual esteja envolvida com o desenvolvimento de negócios relacionados à arte e cultura.
- Incubadoras de Design abrigam empreendedores e empreendimentos ligados ao segmento de design, que devem estar ligados ao desenvolvimento de novas tecnologias.
- Incubadoras Sociais apóiam empreendimentos de origem de projetos sociais, que atenda a demanda de emprego e renda e de melhoria de qualidade de vida da comunidade.

A Figura 2 apresenta diferentes tipos de incubadoras de empresas em operação no Brasil, ANPROTEC (2006):

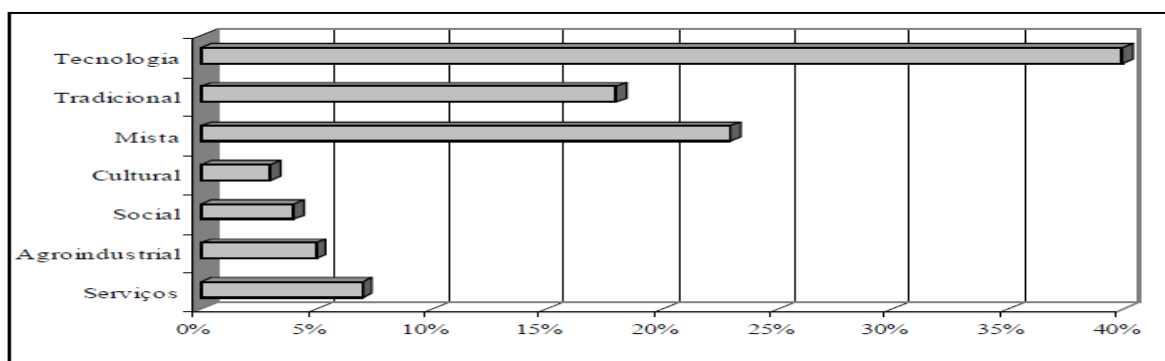


Figura 2- Tipos de incubadoras de empresas

Fonte: Adaptado de ANPROTEC (2006).

Quanto ao tipo de incubadoras de empresas em operação no Brasil verifica-se que o tipo predominante é o da tecnologia com quase 40%, em seguida vem a tradicional com mais de 20% e a social, tema de estudo da presente pesquisa, apresenta uma participação de quase 5%. Apesar de ainda com pouca representatividade no montante das incubadoras em operação no Brasil

Independente do tipo de incubadora, o único objetivo delas, são o apoio e incentivo aos empreendimentos tornando-os competitivos no mercado.

O processo de incubação além de dar apoio estrutural e gerencial tem papel fundamental na captação de recursos para as empresas incubadas.

As incubadas através das Incubadoras conseguem auxílio para enfrentar as dificuldades financeiras encontradas. Uma das dificuldades encontradas pelos empreendimentos e que muitas vezes causa sua falência é a falta de *marketing* e vendas. Sendo que a missão do negócio é vender um produto ou serviço que atenda as necessidades do consumidor. De acordo com Fiates (2005, p.18) “a incubadora deve contribuir para realização desta missão capacitando e prestando suporte estratégico e operacional as empresas”.

O acompanhamento das empresas incubadas pela incubadora é feito com reuniões, relatórios, palestras e avaliação de seu desempenho. Esse tipo de acompanhamento permite detectar e prevenir problemas e dificuldades encontradas nas incubadas, funcionando como fator de motivação para as empresas, além de ajudar na interação entre as incubadas e a Incubadora.

As Incubadas passam por três processos: pré-incubação, processo de incubação e processo pós-incubação. Conforme Fiates (2005, p. 43), “o processo é descrito por uma rede de estágios e uma transição de eventos a serem seguidas por uma nova empresa ou um projeto de empresa, desde seu nascimento até sua saída da incubadora”.

A pré-incubação consiste na constituição do empreendimento; preparação nos processos de gestão operacional, financeiro, administrativo e contábil e a elaboração do plano de negócios. Já no processo de incubação ocorre a implementação do suporte empresarial, para atender as necessidades das incubadas. Por fim, a pós-incubação é o processo de avaliação das conquistas obtidas e o fortalecimento das empresas incubadas após sua saída da incubadora (graduação).

A Incubadora Social deste estudo abriga as cooperativas no processo de incubação. Assim, torna-se importante alguns esclarecimentos sobre o cooperativismo.

Para se ter uma noção, o cooperativismo, no Brasil, começou com a vinda dos jesuítas, através do trabalho coletivo entre os indígenas, desde aquela época já considerava a ideia de cooperação. Mas o sistema cooperativismo iniciou depois, conforme Koslovski (2006, p.21):

[...] o início do sistema cooperativista é considerado como tendo sido a constituição da Colônia Teresa Cristina, no interior do Paraná, em 1847, pelo médico francês Dr. Faivre, uma organização que conseguiu reunir produtores para, através de ação comunitária, defender os seus interesses.

De acordo com Macei (2005, p. 22), o “surgimento do cooperativismo como empreendimento socioeconômico surgiu na Inglaterra em 1844, na cidade de Rochdale, perto de Manchester”, o qual é considerado o marco do cooperativismo para o resto do mundo.

No Brasil, a lei nº 5.764/71, conhecida como “Lei do Cooperativismo”, dispõe sobre as normas que regulam as sociedades cooperativas e que definem a sua política nacional e seu regime jurídico. O artigo 4º, desta lei, define a sociedade de cooperativas como sendo sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas as falências, constituídas para prestar serviços aos associados.

A sociedade cooperativa se caracteriza por ser um grupo de pessoas, de proveito comum, buscando exercer uma atividade econômica e social, sem ter lucro como objetivo.

Atualmente, o cooperativismo tem a sua importância no cenário mundial. No Brasil, segundo Macei (2005), há mais de 7.000 cooperativas, correspondendo a cinco milhões de associados. A produção econômica destas sociedades corresponde a marca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

A sociedade cooperativa está sendo uma alternativa ao combate do desemprego e do trabalho informal, através do sistema de economia solidária, que proporciona oportunidade de inserção social por meio de trabalho. Além de ter como base a autogestão.

A economia solidária representa uma alternativa para a população de baixa renda, a qual pelo empreendimento solidário tem a oportunidade de emprego e renda. De acordo Asseburg e Gaiger (2008), “a economia solidária está sendo considerada como uma alternativa inovadora para criação de trabalho, renda e redução da pobreza”. Decorrente desse fato, as entidades sociais com apoio de políticas públicas desenvolvem programas de incubação de empreendimentos.

A economia solidária desenvolve um projeto que visa a sustentabilidade econômica, social, cultural e a democracia participativa, que tem como pilares a cooperação e a solidariedade visando o bem comum.

Segundo Cruz (2002), a economia solidária é toda iniciativa econômica que incorpora

trabalhadores associados em torno das seguintes características:

- Identificação coletiva de experiências, mas não estritamente relacionada à economia informal;
- São comuns as relações de trabalho não assalariadas;
- Controle coletivo do empreendimento, como por exemplo, de suas informações, fluxos, rendimentos e outros;
- Desenvolve atividades de inserção cidadã como: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com os empreendimentos de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc.

A economia solidária é um movimento econômico e social. De acordo com Cruz (2002, p. 9), “não é apenas um fenômeno econômico resultante das condições e tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro. Ela também é resultado do acúmulo do movimento popular dos anos 70 e 80”. Com isso, a economia solidária recusa as práticas de competição, exploração e da lucratividade do capitalismo.

No Brasil, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2008) a economia solidária, “ressurge no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho”.

Com o aumento do trabalho informal e do desemprego percebeu-se a necessidade dos trabalhadores de encontrarem um meio de gerar renda. Nesse sentido, o empreendimento solidário surge como uma alternativa para sanar esses problemas a partir da criação de cooperativas, associações e empresas autogeridas. Com isso, a economia solidária começou a se expandir no Brasil.

Os dados do primeiro Mapeamento Nacional da Economia Solidária, estudo desenvolvido no Brasil, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) foi possível constatar, de acordo com Gaiger (2007, p.1):

[...]15 mil empreendimentos, nas 27 Unidades da Federação, sobre a gênese dos empreendimentos, suas estratégias de desenvolvimento e os benefícios que aportam para seus integrantes e seus entornos sociais, essa base de dados propicia análises a partir de uma visão ampla do perfil socioeconômico e das práticas de gestão da economia solidária.

O mapeamento supracitado fornece dados relevantes contendo o modo e grau do empreendimento na economia solidária, e apresenta as atividades econômicas, a gestão e a sua forma de participação na sociedade.

De acordo com o MTE (2008) a economia solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio financeiro de governos municipais e estaduais.

E, quanto ao uso do recurso público como do privado há necessidade da prestação de contas para sociedade ou à entidade privada. O auxílio recebido pode ser utilizado para aquisição de material e bens permanentes, material de consumo, pagamento de serviços de terceiros, encargos, etc. desde que previsto no projeto aprovado pela entidade doadora.

A prestação de contas, de acordo com Conselho Federal de Contabilidade (CFC, p.78, 2008):

é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo competência de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

Os documentos que compõem a prestação de contas podem variar de acordo com as

exigências de cada entidade doadora, mas as informações que eles contêm são semelhantes.

Uma das exigências cobradas na prestação de contas é a movimentação dos recursos numa conta específica do convênio garantindo a transparência da sua utilização.

Conforme o art. 20 da IN/STN nº 1/1997, os recursos serão mantidos em conta bancária específica somente permitidos saques para pagamento de despesas constantes do Programa de trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou nesta Instrução Normativa, devendo sua movimentação realizar-se, exclusivamente, mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fiquem identificados sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

Dessa forma, as exigências com as informações bancárias podem ser classificadas em dois níveis. O primeiro nível, seria em relação a conta bancária, com a identificação da instituição financeira, número da conta, tipo de conta e agência. Já no outro nível, exige cópia de extrato bancário, que comprove o saldo da conta bancária acompanhada da conciliação, caso ocorra na data de encerramento da prestação de conta, cheques não-compensados. (CFC, 2008)

Na prestação de contas pode conter relatório de atividades, que é um documento que expõe as atividades desenvolvidas no período da gestão, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização. O relatório deverá ser desenvolvido com linguagem acessível e conter elementos que identifiquem a atuação da instituição, como o programa realizado, número de pessoas beneficiadas com o projeto, números de pessoas trabalhando no projeto, os gastos realizados, os meios utilizados para atingir os objetivos, etc.(CFC, 2008)

Outro elemento que poderá ser cobrado são as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas de acordo com Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas e obrigatórias as entidades de interesse social. Por meio das demonstrações contábeis é possível conhecer posição patrimonial e financeira da entidade. (CFC, 2008). Além de mostrar informações a administração sobre os resultados do gerenciamento e auxiliar na tomada de decisão.

Conforme o CFC (2008, p.78), “os elementos que compõem a prestação de contas são exigidos pelos órgãos interessados e autoridades, de acordo com os atos normativos que regem a entidade e a atuação de cada um deles”. Portanto, é importante que o responsável pela prestação de contas observe quais exigências específicas de cada órgão, para que não encaminhe elementos a quem ou além do necessário (CFC, 2008).

Cada convênio segue um modelo de prestação de contas com documentos e exigências diferenciadas, ou seja, cada convênio elabora seu padrão para demonstrar e comprovar de que forma o recurso foi utilizado pela entidade. Por isso, é importante ressaltar a necessidade de um instrumento padronizado para prestação de contas, pois através deste o Conveniente poderá fazer uma análise comparativa da utilização do recurso, além de proporcionar uma administração transparente.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) é uma iniciativa do Consórcio Social da Juventude-Aroeira que, entre setembro de 2005 e março de 2006, revolucionou a formação profissional na Grande Florianópolis formando 1.200 jovens da periferia em várias profissões. Para ajudar estes jovens a atingir seus sonhos nasce a ideia da Incubadora Popular de Cooperativas (IPC), inspirada nas experiências mais ricas de integração entre universidade e sociedade, porém com uma diferença, oriunda da fértil vivência do movimento social.

Em 2006/2007, os jovens que participaram do Consórcio Social da Juventude-Aroeira tiveram a oportunidade de inserção na Incubadora Popular de Cooperativa. Essa oportunidade surgiu através do debate sobre a inserção no mercado de trabalho de jovens de periferia e do reconhecimento da fragilidade de iniciativas empreendedoras destes jovens.

O Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) com o projeto da Incubadora Popular de Cooperativas, busca possibilitar o surgimento e o fortalecimento de iniciativas de geração de trabalho e renda, que tenha como referência a economia solidária, para os jovens de periferia, acolhendo-as em sua infra-estrutura física para o desenvolvimento de oficinas de qualificação técnica e gerencial, articulando-as em redes que possibilitem a otimização de recursos e redução de custos, apoiando-as na busca de parcerias, divulgando suas ações e produtos, acelerando a consolidação desses empreendimentos surgidos a partir de grupos vulnerabilizados. A sede física da IPC é um prédio cedido pelo Governo do Estado, no Bairro Estreito, em Florianópolis/SC, mas o projeto vai além desta estrutura física, com o acompanhamento do processo de incubação de outros empreendimentos.

A Incubadora Popular de Cooperativas mantinha suas atividades através de convênios com o Ministério do Trabalho e Emprego, na área de Arranjos Produtivos, e com a Rede de Cooperação Berimbau, no âmbito da cooperação internacional – o MCE (*Movimento di Cooperazione Educativa*), a ASSUR (*Associazione Scuola Università Ricerca*), o Banco Monte dei Paschi e o Município de Roma (*Comune di Roma XI*) – com a Itália.

Além destas fontes de apoio, em 2006 e 2007, o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Social e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, por meio de convênios e subvenções sociais, financiou a continuidade de formação de distintas oficinas de capacitação profissional bem como empreendimentos cooperativos, que se encontrava em fase de regulamentação e registro.

O Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA) apresenta outros segmentos de atividades além da IPC de acordo com a Figura 3 que exhibe organograma da instituição.

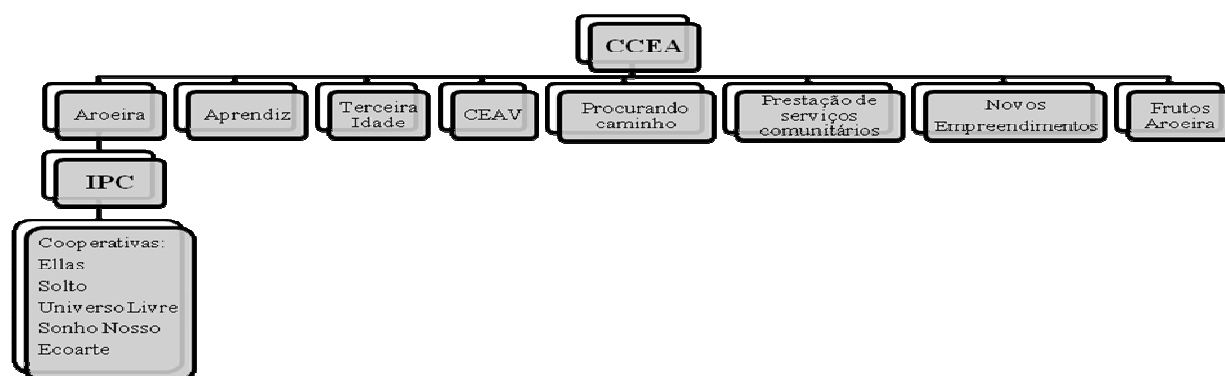


Figura 3 - Organograma do Centro Cultural Escrava Anastácia

Fonte: Elaborado pelos autores.

O CCEA é uma organização não governamental sem fins econômicos, fundada em 1994, na capela Nossa Senhora do Monte Serrat. Em 1998 foi feito seu registro oficial no cartório. A entidade surgiu a partir do trabalho de um grupo de mulheres a maioria negra, da comunidade, que tinha como preocupação encontrar alternativas para que seus filhos não ficassem entregues aos apelos da criminalidade.

A atuação da entidade foi-se expandindo a todas as periferias da Grande Florianópolis, visando sempre possibilitar as crianças, adolescentes e jovens, a conquista e o exercício de

seus direitos, ampliando suas possibilidades e permitindo viver com dignidade. Ou seja, CCEA foi criado com a finalidade defender projetos na atuação educativa junto a comunidades empobrecidas com intuito de promover a interação entre os jovens possibilitando o aumento da auto-estima, da capacidade de leitura e de desenvolver a convivência social e formação cidadã, da preparação e inserção para o mercado de trabalho, gerando oportunidades e o afastando da criminalidade.

A seguir será apresentado um modelo de prestação de contas que o convênio exige de sua executora.

4.1 Modelo de prestação de contas adotada por uma entidade sem fins lucrativos

Nesta seção apresenta-se o modelo de prestação de contas adotada pelo Órgão público de Santa Catarina para suas executoras entidades sem fins lucrativos. A documentação da prestação de contas é composta pelo Ofício de encaminhamento, Declaração de recebedor de recursos, Prestação de contas de recursos antecipados e, em anexo Conciliação bancária e o Balancete da prestação de contas de recursos antecipados. Além de conter as notas fiscais originais das despesas carimbadas com número do convênio e o certificado ainda há outras exigências cobradas pelo convênio tais como:

- Notas fiscais sem rasuras e emitidas no nome do conveniente;
- Fotocópias dos cheques e ordem de pagamento;
- Data de emissão da despesa tem que ser igual ou anterior a data de pagamento (data de compensação do cheque ou da transferência), mas nunca posterior;
- Cheques nominais;
- Despesas devem estar relacionadas com objetivo do convênio;
- Os documentos comprobatórios das despesas têm que ser primeira via;
- A rubrica do presidente, da instituição recebedora do recurso, em todos os documentos comprobatórios das despesas;
- Plano de trabalho;
- Cópia do termo do convênio;
- Extrato da conta bancária do período do recebimento do recurso até último pagamento efetuado;
- Extrato do recurso aplicado quando for o caso;
- Prazo da prestação de contas 60 dias contados da data do recebimento do recurso de cada parcela.

O Ofício de Encaminhamento é um dos documentos exigidos na prestação de contas. Ele contém as informações do convênio como: número do convênio, nome da entidade executora, o valor do repasse e a data do depósito.

Já na declaração de recebedor de recursos, o recebedor do convênio declara que está de acordo com art. 49 da Resolução TC-16/94 e que a elaboração da prestação de contas segue os requisitos do art. 44. Este documento deverá ser assinado pelo presidente da instituição.

O documento de prestação de contas de recursos antecipados apresenta dados da entidade recebedora do recurso, como razão social, CNPJ e local, além de expor o número do empenho, valor da transferência do recurso e data do depósito.

Na conciliação bancária contém o saldo da conta corrente na data final do período, conforme apresentado no extrato da conta e a relação dos cheques emitidos e não compensados que consta na prestação de contas.

O balancete de prestação de contas revela o valor recebido pela entidade e o valor total gasto por ela. No caso do valor do gasto ser menor que o recebido terá que fazer a devolução do recurso, caso ocorra o inverso, a entidade executora terá que pagar o valor gasto a mais.

Esse documento será assinado pelo presidente e contador da instituição recebedora do recurso.

O modelo de prestação de contas utilizado pela Entidade Pública de Santa Catarina é simples, de fácil compreensão, conciso, consegue mostrar a utilização do recurso de uma maneira clara atingindo o objetivo do convênio. Dessa forma, o que não desvirtua o uso do recurso com a finalidade do objetivo do convênio são as regras impostas pela entidade doadora, a qual conveniente tem que seguir corretamente para que sua prestação de contas seja aprovada.

Na seção seguinte apresenta-se um modelo de prestação de contas para uma Incubadora Social.

4.2 Desenvolvimento de um modelo de prestação de contas para a Incubadora Social IPC

Nesta seção propõe-se o modelo de prestação de contas para a IPC observando a fundamentação teórica abordada na presente pesquisa. Deste modo, o modelo de prestação de contas conterá basicamente:

- (a) Ofício de encaminhamento;
- (b) Extrato da conta bancária;
- (c) Conciliação bancária;
- (d) Balancete de prestação de contas de recursos;
- (e) Planilha de despesas de cada cooperativa;
- (f) Planilha de despesa da incubadora; (juntou-se a letras *e* e *f*)
- (g) Planilha consolidada das despesas.

O objetivo dessa composição da prestação de contas é facilitar a compreensão da utilização do recurso, além de torna transparente a sua administração, promovendo uma análise comparativa da aplicação do recurso entre as cooperativas e ao mesmo tempo proporcionando a comparação da utilização do recurso financeiro em períodos diferentes de convênios distintos.

(a) Ofício de encaminhamento:

O Ofício de encaminhamento referente a prestação de contas do recurso apresentando os dados do convênio como: nome do convênio, nome conveniente e o valor do recurso.

(b) Extrato da conta bancária:

O extrato bancário comprovando o saldo da conta corrente e demonstrando as movimentações do período de vigência do convênio.

(c) Conciliação bancária

A prestação de contas apresenta o extrato bancário com as movimentações da conta do período de vigência do convênio acompanhado com a conciliação bancária comprovando o saldo existente. O quadro 1 expõe o saldo da conta bancária com a relação dos cheques emitidos e não compensados na data de elaboração da prestação de contas. O objetivo de ter esse documento anexado com extrato bancário é de demonstrar as pendências existentes na prestação de contas.

| CONCILIAÇÃO BANCÁRIA | | | | |
|--|------------|---------------|---------------|--------------|
| NOME DO BENEFICIADO: CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA | | | | |
| REDE COOPERAÇÃO BERIMBAU | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | | | VALOR (R\$) | |
| SALDO CONFORME EXTRATOS BANCÁRIOS NA DATA FINAL DO PERÍODO | | | | |
| SALDO DE CONTA CORRENTE | | | R\$ 7.844,98 | |
| | | | | |
| TOTAL (*) | | | R\$ 7.844,98 | |
| | | | | |
| CHEQUES EMITIDOS E NÃO DESCONTADOS ATÉ A DATA FINAL DO PERÍODO | | | | |
| NÚMERO | EMITIDO EM | COMPENSADO EM | HISTÓRICO | VALOR |
| 850363 | 27/06/2008 | 01/07/2008 | MÓVEIS | R\$ 3.300,00 |
| 850364 | 30/06/2008 | 01/07/2008 | UTENSÍLIOS | R\$ 539,00 |
| 850365 | 30/06/2008 | 01/07/2008 | CONTABILIDADE | R\$ 4.000,00 |
| TOTAL (*) | | | | R\$7. 839,00 |

Quadro1 - Conciliação bancária

Fonte: Adaptado do Conselho Federal de Contabilidade (2008).

Verifica-se que o saldo da conta corrente de R\$ 7.844,98 sendo que há três cheques a ser compensados no total de R\$ 7.839,00, deste modo, resultando um saldo de R\$ 5,98 não utilizados do recurso financeiro.

(d) Balancete de prestação de contas de recursos:

O balancete de prestação de contas consta a relação das despesas executadas, no período de vigência do convênio, com a data de emissão e o número da nota fiscal, o histórico e o valor do pagamento. Contendo também o valor do recurso recebido, o rendimento da aplicação e a contrapartida.

O balancete de prestação de contas terá em anexo as despesas com cópias das notas fiscais e cheques ou ordem de pagamento na sequência apresentada no balancete para facilitar a análise da prestação de contas.

(e) Planilha de despesas de cada cooperativa e pela incubadora:

Depois da demonstração das despesas no balancete são apresentadas por centro de custo, ou seja, as despesas são relacionadas por cooperativa e pela incubadora. Cabe ressaltar que as despesas foram classificadas de acordo com plano de contas da instituição da presente pesquisa. A planilha financeira da Incubadora Popular de Cooperativas é composta pelas despesas com: manutenção, taxas bancárias, pessoal, encargos trabalhistas, estagiários, passagens, alimentação, comunicação e correio.

(f) Planilha consolidada das despesas:

O último documento que compõem a prestação de contas é planilha financeira consolidada, conforme quadro 2, que demonstra as despesas de forma sintética de cada cooperativa e da Incubadora Popular de Cooperativas.

| PLANILHA FINANCEIRA CONSOLIDADA | | | |
|-------------------------------------|--|---------------|--------|
| PROJETO REDE DE COOPERAÇÃO BERIMBAU | | | |
| COOPERATIVA ELLAS | | | |
| 1. Oficina | | R\$ 22.861,85 | 73,91% |
| 1.1 Equipamentos | | R\$ 10.816,96 | 47,31% |
| 1.2 Material de Consumo | | R\$ 3.386,16 | 14,81% |
| 1.3 Móveis e Utensílios | | R\$ 6.346,35 | 27,76% |

| | | | |
|--|--|----------------|--------|
| 1.4 Divulgação | | R\$ 277,00 | 1,21% |
| 1.5 Obras e Reformas Estruturas | | R\$ 2.035,38 | 9% |
| 2. Bolsa- Auxílio | | R\$ 6.700,00 | 21,66% |
| 2.1 Cooperados | | R\$ 6.700,00 | 100% |
| 3. Despesas Administrativas | | R\$ 1.369,54 | 4,43% |
| SUBTOTAL | | R\$ 30.931,39 | 22,57 |
| COOPERATIVA NOSSO SONHO | | | |
| 1. Oficina | | R\$ 21.565,35 | 68,60% |
| 1.1 Equipamentos | | R\$ 17.602,67 | 81,62% |
| 1.2 Móveis e Utensílios | | R\$ 1.927,30 | 8,94% |
| 1.3 Obras e Reformas Estruturas | | R\$ 2.035,38 | 9,44% |
| 2. Bolsa- Auxílio | | R\$ 8.500,00 | 27,04% |
| 2.1 Cooperados | | R\$ 8.500,00 | 100% |
| 3. Despesas Administrativas | | R\$ 1.369,55 | 4,36% |
| SUBTOTAL | | R\$ 31.434,90 | 22,94% |
| COOPERATIVA UNIVERSO LIVRE | | | |
| 1. Oficina | | R\$ 15.121,05 | 64,92% |
| 1.1 Equipamentos | | R\$ 10.664,67 | 70,53% |
| 1.2 Móveis e Utensílios | | R\$ 2.421,00 | 16,01% |
| 1.3 Obras e Reformas Estruturas | | R\$ 2.035,38 | 13,46% |
| 2. Bolsa Auxílio | | R\$ 6.800,00 | 29,20% |
| 2.1 Cooperados | | R\$ 6.800,00 | 100% |
| 3. Despesas Administrativas | | R\$ 1.369,55 | 5,88% |
| SUBTOTAL | | R\$ 23.290,60 | 17% |
| COOPERATIVA SOLTO | | | |
| 1 Oficina | | R\$ 3.399,38 | 71,28% |
| 1.1. Móveis e Utensílios | | R\$ 1.364,00 | 40,12% |
| 1.2 Obras e Reformas Estruturas | | R\$ 2.035,38 | 59,88% |
| 2. Despesas Administrativas | | R\$ 1.369,54 | 28,72% |
| SUBTOTAL | | R\$ 4.768,92 | 3,48% |
| COOPERATIVA QUALIDADE ATENDIMENTO AO CLIENTE | | | |
| 1. Bolsa- Auxílio | | R\$ 2.000,00 | 100% |
| 1.1 Cooperados | | R\$ 2.000,00 | 100% |
| SUBTOTAL | | R\$ 2.000,00 | 1,46% |
| INCUBADORA POPULAR DE COOPERATIVAS | | | |
| 1. Manutenção | | R\$ 19.380,65 | 43,44% |
| 2. Taxas Bancárias | | R\$ 808,11 | 1,81% |
| 3. Pessoal | | R\$ 9.258,83 | 20,75% |
| 3.1 Encargos Trabalhistas | | R\$ 1.623,67 | 3,64% |
| 3.2 Estagiários | | R\$ 3.343,47 | 7,5% |
| 4. Passagens | | R\$ 5.600,09 | 12,55% |
| 5. Alimentação | | R\$ 1.353,76 | 3,03% |
| 6. Comunicação | | R\$ 3.128,00 | 7,02% |
| 7. Correio | | R\$ 115,74 | 0,26% |
| SUBTOTAL | | R\$ 44.612,32 | 32,55% |
| TOTAL DO CUSTO | | R\$ 137.038,13 | 100% |

Quadro 2- Planilha financeira consolidada

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na planilha financeira consolidada possibilita o conhecimento do valor global investido em cada cooperativa e na incubadora, como também o valor total de cada despesa. A finalidade desta planilha é demonstrar de uma forma clara e transparente a utilização do recurso financeiro do projeto, como também facilitar uma análise comparativa da sua aplicação entre as cooperativas e a Incubadora Social.

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve por objetivo principal propor um modelo padronizado de prestação de prestação de contas padronizado para uma Incubadora Social Catarinense, com vistas de possibilitar a identificação das origens e aplicações dos recursos financeiros de forma transparente. O modelo elaborado teve base no modelo de prestação de contas adotada por uma entidade sem fins lucrativos e na fundamentação teórica abordada no presente estudo.

Constatou-se que a Incubadora Social surgiu de uma iniciativa do projeto Consórcio Social da Juventude-Aroeira. E em 2006/2007 os jovens que participaram do projeto tiveram oportunidade de inserção na Incubadora Popular de Cooperativas. Cabe ressaltar que a Incubadora Popular de Cooperativas (IPC) é um dos projetos desenvolvido pelo Centro Cultural Escrava Anastácia (CCEA), o qual mantém as atividades da Incubadora Social através de convênios. O projeto Rede de Cooperação Berimbau é um dos convênios que possibilitaram o desenvolvimento das cooperativas incubadas.

Foi apresentado o que cada documento da prestação de contas utilizado pelo Órgão Público de Santa Catarina, exige: Ofício de encaminhamento, Declaração de recebedor de recursos, Prestação de contas de recursos antecipados, a conciliação bancária e o Balancete da prestação de contas de recursos antecipados. Portanto, a partir deste momento inicia-se o processo de elaboração de um modelo de prestação de contas para Incubadora Social.

Procurou-se desenvolver um modelo de prestação de contas para a Incubadora Social que possibilitasse a transparência na verificação da utilização do recurso. Portanto, foram elaborados documentos para composição da prestação de contas, tais como modelo de Ofício de encaminhamento, Conciliação bancária (quadro 1); Balancete de prestação de contas do recurso; Planilha de despesas de cada cooperativa; Planilha de despesa da Incubadora e Planilha consolidada das despesas (quadro 2). Para este artigo, apresentou-se os quadros 1 e 2.

O modelo proposto de prestação de contas tem como finalidade demonstrar de uma forma clara e transparente a utilização do recurso financeiro do projeto, como também facilitar uma análise comparativa da sua aplicação. Serve para sanar as falhas existentes nesta prestação de contas, e principalmente mostrar a utilização do recurso financeiro de uma forma simples e clara, tornado transparente administração do recurso.

REFERÊNCIAS

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Panorama Nacional 2004**. 2004. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 06 jan. 2009.

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Panorama Nacional 2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em: 07 jan. 2009.

ARANHA, José Alberto Sampaio; DIAS, Carolina. **Sistema de gestão da incubadora de**

empresas do Instituto Gênesis da PUC-Rio. In: LEAL, Sayonara; PIRES, Sheila Oliveira. As Incubadoras de empresas pelos seus Gerentes: uma coletânea de artigos. Brasília: ANPROTEC, 2001. p. 63-79.

ASSEBURG, Hass Benno; GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a redução das desigualdades.** 2008. < <http://www.ecosol.org.br/txt/desigualdades.pdf> > Acesso em: 22 mai 2008.

BRASIL, Instrução Normativa Secretaria Tesouro Nacional Nº 1, de 15 de janeiro de 1997. Disciplina a celebração de Convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos e dá outras providências. Brasília: Secretaria Tesouro Nacional, 1997.

BRASIL. **Lei do Cooperativismo**, Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídicos das sociedades cooperativas e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1971.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social.** Brasília: CFC, 2008. 128p.

CRUZ, Antônio. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia Solidária.** Campinas, janeiro de 2002. < <http://www.ecosol.org.br/txt/politpub.pdf> > Acesso em: 24 mai 2008, às 17:28. Este artigo foi produzido originalmente como trabalho de conclusão da disciplina. “Economia Solidária”, oferecida pelo PPG em Economia da FEA-USP, em 2001/II, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Paul Singer.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** São Paulo: Atlas, 1993. 153 p.

FIATES, José Eduardo Azevedo. **Incubação de Empresas, Ferramentas, métodos, e técnicas para gestão de um programa de sucesso.** Brasília: ANPROTEC & SEBRAE, 2005. Cap. 6. p. 48-51: Infra-estrutura e Serviços da Incubadora de Empresas.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional. 2º Seminário Nacional do NPMS - UFSC Florianópolis - 26/04/07< <http://www.ecosol.org.br/txt/mapeamento1.pdf> > Acesso em: 26 mai 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1989. 159 p.

KOSLOVSKI, João Paulo. A evolução Histórica das Cooperativas. In: GRUPENMACHER, Betina Treiger. **Cooperativas e Tributação.** Curitiba: Juruá, 2006. 344 p.

MACEI, Demetrius Nichele. **Tributação & Ato cooperativo.** Curitiba: Juruá, 2005. 136p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Disponível em: < http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_origem.asp >. Acesso em: 20 jun 2008.

MOURA, Maria Suzana de Souza; MEIRA, Ludmila. **Desafios na Gestão de Empreendimentos Solidários.** XXXVII Assembléia do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração, 2002, Porto Alegre.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS . SANTA CATARINA **Quais os tipos de incubadoras existentes?** 2009. Disponível em: < <http://www.sebrae-sc.com.br/faq/default.asp?vcdtexto=4827&%5E%5E>>. Acesso em: 01 mar 2009.